



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO N° _____, DE 2024

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a aprovação de Moção de Apoio à pauta de reivindicação dos anistiados encaminhada ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI) na perspectiva do estabelecimento de processo de negociação profícuo e transparente.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 117, caput, do Regimento Interno, que seja submetido à apreciação do Plenário o presente Requerimento de Moção de Apoio à pauta de reivindicação dos anistiados encaminhada ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e à promoção de um processo de negociação profícuo e transparente.

JUSTIFICAÇÃO

Nós, parlamentares da Câmara Federal, manifestamos nosso total e irrestrito apoio à pauta de reivindicação entregue pelos anistiados ao Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e solicitamos que tal processo seja conduzido de forma profícua e transparente.

Considerando a importância de reconhecer e valorizar os (as) anistiados (as) que dedicaram suas vidas ao serviço público, é fundamental que suas reivindicações sejam devidamente consideradas e atendidas. A pauta apresentada reflete necessidades legítimas e aspirações que, uma vez atendidas, contribuirão para a justiça e o bem-estar desses (as) servidores (as).

Ressaltamos que a abertura de um diálogo franco e construtivo entre os (as) anistiados (as) e o MGI é essencial para alcançar soluções que promovam a reparação e a valorização do segmento. Acreditamos que a negociação coletiva é a ferramenta mais adequada para estabelecer um acordo equilibrado e benéfico para todas as partes envolvidas.

Dentre as demandas prementes da categoria, citamos a necessidade de que os (as) demitidos (as) e anistiados (as) tenham uma resolução definitiva sobre a sua situação funcional





CÂMARA DOS DEPUTADOS

por meio de uma transposição para o Regime Jurídico Único (RJU). Isso porque foram readmitidos (as) como celetistas e locados (as) em diversos órgãos federais onde passaram a trabalhar sem os direitos garantidos pelo RJU.

Na prática, esses (as) servidores (as) desempenham as mesmas funções de outros (as) servidores (as) desses órgãos, mas recebem salários menores, não podem assumir cargos comissionados. Além disso, o tempo de afastamento não conta como tempo de serviço, além de outras questões. No último mês de março, a anistia desses (as) servidores (as) completou exatos 30 anos e até o momento não houve avanços para resolver seus problemas. Portanto, é necessário solucionarmos essa questão com a máxima urgência.

Solicitamos, assim, que sejam tomadas as medidas necessárias para garantir um processo de negociação proficiente, de modo a envolver a participação ativa dos (as) representantes dos (as) anistiados (as), das entidades sindicais e do Governo Federal, de tal maneira a assegurar que as reivindicações sejam devidamente analisadas e que soluções justas sejam implementadas.

Apoiamos a busca por um ambiente de trabalho mais justo e motivador para os (as) anistiados (as), reconhecendo seu valor e importância para o serviço público. Reiteramos nosso compromisso em colaborar para que o processo de negociação ocorra de forma eficiente e produtiva, resultando em avanços significativos para todos os envolvidos e solicitamos que esta moção seja encaminhada ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

Nesse sentido, solicitamos o apoio dos (as) nobres colegas para aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em _____ de _____, de 2024.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF



* C D 2 4 1 4 8 5 1 6 3 3 0 0 *